

Boas práticas frente às vacinas: olhares bioéticos em uma pesquisa-intervenção junto a comunidades do Nordeste brasileiro⁺

Good practices in dealing with vaccines: bioethical perspectives in a research-intervention with communities in the Brazilian Northeast

Ana Gretel Echazú Böschemeier *

Breno da Silva Carvalho **

Luan Gomes Santos ***

Resumo

O trabalho apresenta experiência de pesquisa em antropologia com a saúde coletiva em perspectiva descolonizadora, destacando alianças epistemológicas entre saberes científicos e tradicionais para a reconstrução crítica de pautas bioéticas. A análise é realizada a partir do projeto “Boas práticas de enfrentamento à COVID-19”, voltado a partilhar informação biomédica com populações vulnerabilizadas, questionando a intervenção científica sobre corpos e promovendo o diálogo entre comunidades, territórios e culturas. A partir da experiência de encontros formativos online, realizamos uma etnografia virtual de práticas de educação popular em saúde com discussão de processos de intervenção biomédica, contribuindo para a construção cidadã do consentimento comunitário nas boas práticas em saúde. Discutimos aspectos micropolíticos da geopolítica desigual na distribuição, aplicação e reparação de riscos das vacinas e no processo de produção de conhecimento. Conclusivamente, defendemos o avanço no diálogo com populações vulnerabilizadas com projetos desta natureza, além de outras políticas de horizontalização do conhecimento científico.

Palavras-chave: bioética, pesquisa em saúde, direitos humanos, descolonização, vacinas

+ O presente artigo faz parte de atividades desenvolvidas no projeto “Boas Práticas para o Enfrentamento à COVID-19 em Comunidades do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará” - Chamada MCTIC/CNPq/FNDCT/MS/SCTIE/Decit No 07/2020 - Pesquisas para enfrentamento da COVID-19, suas consequências e outras síndromes respiratórias agudas graves), vigente desde julho/2020.

* Licenciada em antropologia (UNSA, SLA/Argentina). Mestrado em antropologia social (UFRN, RN/Brasil), PhD em antropologia (UNB/DF, Brasil) e pós-doutorado em saúde coletiva (UFRN/RN, Brasil). Professora e pesquisadora em Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva/Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil. gretigre@gmail.com

** Bacharel em comunicação social - publicidade e propaganda (Ucsal, Bahia/Brasil). Bacharel, mestre e doutor em antropologia (UFBA). Professor e pesquisador em Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil. brenosc@uol.com.br

*** Licenciado e bacharel em Ciências Sociais (UFRN). Doutor em Educação (UFRN). Mestre em desenvolvimento, meio ambiente e cultura (UFRN) e Doutorando em sociologia pela Universidade Federal de Pelotas/UFPeL. Professor e pesquisador em Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil. luangomessantos@terra.com.br

Resumen

Este trabajo presenta la experiencia de investigación en antropología con la salud colectiva desde una perspectiva descolonizadora, destacando las alianzas epistemológicas entre conocimiento científico y tradicional para la reconstrucción crítica de agendas bioéticas. El análisis se realiza a partir del proyecto “Buenas prácticas de enfrentamiento al COVID-19”, cuyo objetivo es compartir la información biomédica con poblaciones vulnerabilizadas, cuestionando la intervención científica sobre los cuerpos y promoviendo el diálogo entre comunidades, territorios y culturas. A partir de la experiencia de los encuentros de formación online, realizamos una etnografía virtual de las prácticas de educación popular en salud discutiendo aspectos micropolíticos de la geopolítica desigual en la distribución, aplicación y reparación de riesgos de las vacunas y en el proceso de producción de conocimientos. En conclusión, enfatizamos la necesidad del avance en el diálogo con las poblaciones vulnerabilizadas en proyectos de esta naturaleza junto a otras políticas de horizontalización del conocimiento científico.

Palabras clave: bioética, investigación en salud, derechos humanos, descolonización, vacunas

Abstract

The proposal addresses the experience of research in anthropology and collective health from a decolonizing perspective, highlighting epistemological alliances between scientific and traditional knowledge for the critical reconstruction of bioethical agendas. The analysis is carried out based on the project “Good practices facing COVID-19”, aimed at sharing biomedical information with vulnerable populations, questioning scientific intervention on bodies and promoting dialogue between communities, territories and cultures. From the experience of online training meetings, we carry out a virtual ethnography of popular education practices in health with discussion of biomedical intervention processes, contributing to the citizen construction of community consent in good health practices. We discuss micropolitical aspects of unequal geopolitics in the distribution, application and vaccine risk. Conclusively, we emphasize the advancement of dialogue with vulnerable populations within projects of this nature, in addition to other policies of horizontalization of scientific knowledge.

Keywords: bioethics, health research, human rights, decolonization, vaccines

1. Introdução

*Suma Ist'aña, Suma Amuyaña, Suma Thokoña
[Saber escutar, saber pensar, saber dançar]: Três dos
treze princípios do bem viver.
Princípios do Bem Viver, Ministerio de Relaciones
Exteriores
Estado Plurinacional de Bolivia*

A Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (Cátedra 2005) estabelece diretrizes relativas aos princípios da dignidade humana, da atividade científica e das políticas sociais que são culturalmente sensíveis. Diante do surgimento de vidas sociais cada vez mais ligadas às biotecnologias,

surge a necessidade de pensar tanto na dimensão biopolítica quanto na dimensão necropolítica dos processos sociais (Mbembe 2016). A necropolítica atravessa há séculos as formas de vida mais precárias, coisa que se agravou no período da pandemia global da COVID-19, no qual foram expostas localmente as consequências da questão social de grupos, populações indígenas, afrodescendentes, ciganos e outras populações vulneráveis. A necropolítica se desdobra na reprodução do racismo estrutural (Almeida 2019), com base no apagamento da condição material da existência e das formas de conhecimento dessas populações. Este tipo de racismo, guiado pela lógica colonial, patriarcal, capitalista, neo-extrativista, degrada a diversidade que é fundamental para construir mundos sencientes e humanamente emancipados. Para isso, é neces-

sário questionar o paradigma da colonização da vida e das diversas etnias (Césaire 2020) através de lutas anti-racistas e movimentos em prol da pluralidade epistêmica e a democratização da ciência como mais uma expressão da cultura dos povos.

Estudos da bioética na América Latina mostraram que existe um vasto campo de problemas que a bioética anglo-saxônica, em sua constituição, não contemplou nas suas formulações iniciais (Tealdi 2008). A insurgência político-epistêmica dos saberes da bioética na América Latina se vinculam à necessidade de contextualizar as discussões que emergem deste campo dentro da colonialidade do conhecimento e do poder nas margens da metrópole, em diversas configurações agregadas analiticamente, politicamente e epistemologicamente em torno da categoria de “Sul Global” (Sousa Santos 2003), assim como às percepções de “autonomia individual” que são o ponto de partida destas discussões. A bioética de intervenção proposta por Feitosa e Flor do Nascimento (2015) pauta uma crítica à “dominação epistemológica do conhecimento bioético” (Feitosa e Flor do Nascimento 2015: 277), impulsionado pelo Norte Global.

O campo disciplinar da bioética no Brasil surge a partir de diversas considerações: a) a particularidade da biopolítica nos territórios coloniais e a precariedade de vidas às margens das políticas estatais, mobilizadas por forças necropolíticas (Fanon 2008, Mbembe 2016); b) uma perspectiva multicultural (Sousa Santos 2003), intersetorial (Crenshaw 1991, González, 1988) e multiespecífica dos direitos humanos (Tsing 2015, Echazú Böschmeier, Flores 2018), como ferramentas metodológicas e, c) finalmente, o encontro do conhecimento plural e da educação popular como paradigmas libertários cujas premissas éticas são orientadas pelo ativismo dos movimentos negro e indígena na academia (Echazú Böschmeier e Gomes dos Santos 2020), uma “ética do desconforto” (Fonseca 2010) e micropolíticas de cuidado (Tronto 2009). As esferas de ação desta bioética que questiona o antropocentrismo envolvem tanto mundos humanos quanto não humanos (Puig de la Bellacasa 2017) e apontam para a compreensão, a visibilização e a

legitimação do bem viver dos povos (Acosta e Martínez 2009, Krenak 2019, Zaragocin 2017) desde perspectivas plurais. Outra questão central quando falamos em bioética no Brasil está relacionada à necessidade de pensar a bioética não apenas a partir dos desafios que ocorrem dentro dos hospitais, laboratórios e outros espaços pertencentes a poderes privados ou mesmo públicos, mas para valorizar os espaços de saúde não oficiais (Fleischer, Tornquist e Figueiroa 2009) como territórios difusos onde a experiência social, cultural e corporal atravessada pela biopotência e necropotência estão em permanente disputa bioética.

No presente trabalho, apresentamos algumas estratégias e aprendizados que tiveram lugar no segundo ciclo de uma iniciativa de pesquisa-intervenção em curso, que se propôs partilhar informação biomédica com populações vulnerabilizadas, questionando a intervenção científica sobre os corpos como se fosse sobre uma *tabula rasa* e promovendo o diálogo entre comunidades, territórios e culturas. O projeto “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 em comunidades de Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará” é uma ação interdisciplinar de pesquisa-intervenção vinculada ao enfrentamento à COVID-19. Desde julho de 2020, vem trabalhando com sete comunidades e movimentos sociais desses três estados do Nordeste brasileiro. As áreas de conhecimento das quais partimos são antropologia, saúde coletiva, políticas públicas, comunicação social e estudos da tradução. As pautas de trabalho do projeto foram propostas em um edital conjunto do Conselho Nacional de Pesquisas, Ministério da Saúde e Ministério de Ciência e Tecnologia.

Tecido por coletivos plurais e com perspectivas de mundo e práticas sócio-culturais diferenciadas, o projeto Boas Práticas tem direcionado primeiramente ao fortalecimento das ações em saúde, cultura e direitos humanos das próprias comunidades e movimentos que participaram deste processo. De forma concomitante e em uma direção que vai das realidades locais às realidades regionais e nacionais, a publicação se dirige a lideranças comunitárias e de movimentos sociais, agentes comunitários de saúde, docentes de ensino básico e médio, pes-

soas que trabalham na linha de frente das instituições de saúde, gestores/as de políticas de saúde, assistência social e educação, acadêmicos/as engajados em processos de pesquisa-intervenção ou extensão universitária, organizações não governamentais e público em geral. No que diz respeito à abrangência territorial, consideramos que o tema da obra, ao abordar boas práticas para enfrentamento da pandemia da COVID-19 em populações vulnerabilizadas, tem potencial de despertar interesses em âmbito local, nacional e global, especialmente em países da América Latina que vivenciam contextos aproximados daqueles que presenciamos no Nordeste brasileiro e no país.

Comunidades e movimentos tanto do contexto rural quanto de espaços urbanos nordestinos compõem o espaço de diálogo aberto pela iniciativa. Assim, a comunidade Indígena do Amarelão/RN dialoga com comunidades Indígenas da serra e sertão do Ceará vinculadas ao movimento indígena Potigatapuia dentro do “Grupo de Trabalho: Indígena”; enquanto que, no “Grupo de Trabalho: Urbano”, o Movimento da População em Situação de Rua/RN e as Catadoras da Associação ACREVI - Reciclando para a Vida de Mossoró/RN se encontram nas suas demandas. Por outra parte, pescadores da Vila de Ponta Negra/Natal/RN e maricultoras de Pitangui/RN, ligadas à Associação de Maricultura e Beneficiamento de Algas (AMBAP), conversam no “Grupo de Trabalho: Mar”. A Comunidade Cigana Calon de Sousa/PB é a única a compor o “Grupo de Trabalho: Cigano”.

2. Metodologias

2.1. Bases da pesquisa-intervenção

A nossa é uma pesquisa intervenção (Passos et al 2010) em comunicação popular e educação em saúde (Feuerwerker 2007) com comunidades e movimentos sociais com os quais já vinha sendo estabelecido um trabalho de diálogo anterior (Knox e Moura 2020) e avanços autônomos anteriores das lideranças agora envolvidas no projeto em termos

da produção de conhecimento (Silva e Sampaio 2017). Apoiamo-nos na antropologia, a saúde coletiva e os estudos da tradução e da comunicação em perspectiva descolonizadora (Ocaña e Arias 2019) e nos inspiramos nas epistemologias do Sul (Sousa Santos 2010). No período em que o projeto transitou, entre julho de 2020 e julho de 2021, propomos um diálogo entre os territórios acima mencionados, privilegiando o olhar pluriépistêmico do encontro de saberes (Carvalho, 2018) e da educação popular em saúde (Vasconcelos, 2007) em perspectiva inclusiva, costurando de forma criativa conhecimentos, práticas e estratégias de cunho plural baseadas na construção de alianças dentro de um território comum.

2.2. Os encontros formativos

Os encontros formativos do projeto Boas Práticas foram sentipensados como espaços seguros de intercâmbio de saberes e de produção de conhecimentos situados a partir das vivências locais, histórias ancestrais e informações científicas atualizadas traduzidas ao português e apresentadas em linguagem acessível e popular.

Nesta contribuição, focaremos em dois encontros formativos do projeto: I Encontro Formativo: Vacinas e planos de vacinação (08/03) e II Encontro Formativo: Direito às vacinas: memória, recusa e acesso (12/04). O I Encontro Formativo foi dedicado ao referencial médico sobre a vacina com ênfase em seus processos de produção e desenvolvimento, tipos existentes, efeitos e consequências da aplicação no organismo humano. Difundidos através de linguagem acessível e objetiva, foi valorizada a transmissão didática e descritiva das intervenções vacinais, como forma de legitimar a perspectiva informativa e orientadora que balizou a atividade. O intuito foi o de contribuir no enfrentamento às fake news – seja no que tange à sua formação ou à sua difusão.

Já no II Encontro Formativo, privilegiamos o enfoque nas questões culturais acerca da experiência e prática de vacinação, a partir de relatos históricos e do debate corrente. Após o breve inventário

sobre a importância da descoberta, criação e uso de vacinas apresentado no I Encontro Formativo, mergulhamos em dados histórico-antropológicos associados à memória coletiva, abusos da ciência, recusas comunitárias e no fortalecimento de uma necessária reparação histórica dos abusos da ciência de forma paralela à democratização na sua produção, acesso e consumo.

2.3. *Contra o excepcionalismo pandêmico*

Na preparação das nossas atividades, observamos os perigos do excepcionalismo pandêmico (London e Kimmelman 2020), que promove ações no campo das políticas da ciência impulsionadas por um senso de urgência que pode promover a desqualificação de processos de consulta, fortalecimento das comunidades e intervencionismo verticalista. Nesse sentido, não queríamos propagandar as intervenções da ciência de forma acrítica entre comunidades vulneráveis. Um rápido olhar a uma história crítica da ciência nos mostra o quanto os “corpos que não importam” são os mais afetados pela experimentação biomédica e por diversas formas de excepcionalismo no campo da ciência (Moutinho 2020, Committee 2017). Essas intervenções não se limitavam somente aos corpos individuais: as comunidades também sofreram e sofrem quase diariamente o impacto da biopirataria e crimes ambientais, como o uso de agrotóxicos, em nome da “ciência” (Shiva 2016).

Desta maneira, no meio da urgência pandêmica, compreendemos que era imprescindível, além de trazermos para a discussão o conhecimento biomédico sobre as vacinas, discutir aspectos chave da geopolítica das vacinas e as possíveis causas de rejeição às vacinas que estavam sendo manifestas nas comunidades locais. Desta maneira, nossa análise foca nas discussões presentes nos dois primeiros encontros formativos do projeto, onde se discutiu não somente a importância da intervenção biopolítica das vacinas e do sanitarismo como uma vertente democratizadora do acesso à saúde pública, mas também foram trazidas, em perspectiva crítica, questões de abusos da ciência às comuni-

dades vulnerabilizadas e foi colocada na mesa de discussão uma necessária reparação histórica dos abusos da biomedicina com comunidades em situação de rua, ciganas, indígenas, mulheres negras e outros grupos sociais.

2.4. *Traduções densas*

Ecoando nas propostas de “tradução densa” [thick translation] do linguista ganês Kwame A. Appiah (2000), realizamos o exercício simultâneo de tradução e reflexão sobre o processo de tradução com atenção aos contextos sócio-sanitários. A tradução de textos aplicados à epidemiologia, à saúde coletiva (Minayo 2009) e experiências sociais relativas à COVID-19 realizada no marco do projeto propôs a preservação da qualidade técnica de textos epidemiológicos e técnico-científicos no geral, mas propôs considerar dados culturalmente sensíveis além da preservação técnica da textualidade no processo de tradução.

Na condição de pesquisa científica alicerçada na interseção entre saberes da ciência biomédica e dos referenciais de ancestralidade, experiência e espiritualidade de comunidades do Nordeste brasileiro em suas estratégias de enfrentamento do COVID-19, o reconhecimento das necessidades comunicacionais do projeto baseia-se nas especificidades do contexto pandêmico (Comisión 2020) e são estruturadas a partir de um plano de comunicação integrado com ênfase no interesse público (Costa 2006, Brasil 2010).

Aproveitamos o espaço aberto pelo processo de tradução e comunicação de textos e vídeos para nos aproximarmos do encontro de saberes (Carvalho 2018) desde uma perspectiva crítica ao imperialismo lingüístico, que traduz automaticamente o poderio financeiro e simbólico de umas culturas por sobre outras, registrando as discussões e estimulando a sua recriação na concretização de materiais inspirados em estratégias de comunicação popular (Kaplún 1985), através de pedagogias da educação popular (Freire 1996) e da educação popular em saúde (Vasconcelos 2007). Ao fazermos isso, aproveitamos a canalização de respostas para

essa crise através de veículos plurais de cultura expressos em registros tão diversos como a música, o cordel, as artes visuais e as próprias formas de comunicação comunitária já existentes em cada território.

3. Resultados

Neste ítem, iremos apresentar elemento constitutivo para a identidade do projeto, além de colocar os relatos etnográficos pautados em duas instâncias integradoras da discussão coletiva dentro do projeto: os encontros formativos.

3.1. Sobre a identidade visual do projeto

Em relação à identidade, o projeto Boas Práticas teve uma proposta imagética especialmente cons-

truída para o desenvolvimeto de suas atividades e o reconhecimentos dos agentes participantes. O logotipo promoveu a representação das sete comunidades envolvidas, tendo a vida vegetal, o protagonismo feminino e o cuidado comunitário como valores centrais em sua apresentação visual. Do ponto de vista gráfica, reutilizou a tipografia de Waman Poma de Ayala, cronista indígena do século XVII, para designar o termo-chave do projeto “boas práticas” como forma de traduzir o respeito à diversidade e à heterogeneidade que pautam sua produção epistemológica e científica. A tipografia de “COVID-19”, por sua vez, amparou-se em fonte moderna e sem serifa, alinhada ao espectro global que a pandemia enseja. O logotipo é reproduzido, a seguir, na Figura 1.

Figura 1. Logotipo do projeto Boas Práticas.



Fonte: elaboração própria.

3.2 Etnografias dos encontros formativos

Para a realização dos encontros formativos foram convocados saberes acadêmicos e da tradição/experiência das comunidades e movimentos que fazem parte do projeto. Também houve convidados/as especiais, que performaram artes de denúncia, por uma parte, ou trouxeram informações biomédicas atualizadas em uma linguagem acessível. Os encontros foram pensados não somente como lugares seguros de discussão e produção de conheci-

mento pluriepistêmico, mas também como espaços de fortalecimento de bolsistas lideranças das comunidades e movimentos participantes do projeto – ação que levou à institucionalização oficial, no mês seguinte, dessas categorias para o nível AD-C2A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através de reformulação legal (Portaria 2021).

Os dois encontros formativos do projeto Boas Práticas analisados aqui tiveram lugar na plataforma Google Meet no horário de 14 horas às 16 horas da tarde. O acesso ao espaço da discussão foi providenciado a partir de convites que circularam em grupos de WhatsApp internos ao projeto com uma semana de antecedência. Os coletivos que participaram dos encontros foram povos indígenas do Ceará e Rio Grande do Norte, Associação de Pescadores da Vila de Ponta Negra, Associação de Mariicultoras de Pitangui, Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua (RN), Associação de Catadoras de Materiais Recicláveis “Reciclando para a vida”, de Mossoró (RN) e lideranças da comunidade cigana Calon, da Paraíba.

Nos seguintes registros, os nomes das pessoas que realizaram suas intervenções aparecerão modificados, mantendo seu anonimato garantido. No I Encontro Formativo, que tratou do tema Vacinas e planos de vacinação (08/03), participaram também, além das lideranças e colaboradoras/es dos grupos de trabalho do projeto, acadêmicas da área de imunologia e parte do Comitê Estratégico de Vacinação do Estado de Rio Grande do Norte, assim como também profissionais Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) do Ceará e da Equipe Técnica da Diretoria de Políticas Intersectoriais e Promoção à Saúde (DPIPS) da Secretaria de Saúde do Estado do RN (SESAP).

Dona Carolina, liderança indígena da Serra das Matas, no Ceará, comenta no chat enquanto informações sobre os mecanismos biológicos e imunológicos da vacinação vão sendo apresentados: “é por isso que gosto demais dos cientistas”. Após isso, Klaudia – uma das gestoras em saúde convidadas – replica, também no chat: “Viva a ciência!”. E dona Carolina, abrindo espaços de resistência no campo dos saberes-poderes em construção e em tensão, sustenta “aqui também vivemos das plantas”. Enquanto a professora Letícia continua a apresentar, a liderança do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua, Valério, contribui, também no chat: “O corpo humano é sensacional!! É uma fábrica de produzir proteções”.

Após esse comentário, que sugere a permeabilidade ao aprendizado e o interesse no conhecimento científico por parte desta liderança, Elan – jovem liderança indígena do Ceará – comenta: “É preciso trabalhar na conscientização da população indígena que está rejeitando a vacina”. De forma imediata, Marcela, liderança cigana, comenta: “Aqui na comunidade enfrentamos o mesmo problema, uma porcentagem pequena da comunidade teme tomar a vacina”. Complementarmente, o professor colaborador Orlando coloca por escrito: “Infelizmente, aqui em Natal RN temos a mesma condição, idosos e até profissionais de saúde recusando a vacina, por questões ‘religiosas’”.

Neste ponto, gostaríamos de salientar o cruzamento crítico, em todos os territórios com os quais o projeto Boas Práticas dialoga, que tem representado a) a memória histórica dos abusos por parte da ciência; e b) o negacionismo científico. Aqui, duas formas de rejeição do saber científico convergem, e podem ser confundidas por se configurarem enquanto rejeições. Porém, elas vêm de lugares diferentes na estrutura social: o governo negacionista atual brasileiro não combate os excessos da ciência, sustentando a necessidade da sua democratização. Não valoriza a pluralidade epistêmica, mas o obscurantismo. Não realça as diversas possibilidades da construção de conhecimento biológico, bioético, antropológico e da saúde coletiva sobre e desde os corpos: elimina as possibilidades de construção organizada do conhecimento dentro da máquina estatal e, com isso, invalida a ação de políticas públicas de corte inter-epistêmico e transformador. As lideranças presentes na reunião compactuam no fato de que, apesar da ciência acadêmica e ocidental ser arbitrária e limitada, ela é importante, e o direito a seu acesso e controle deve ser garantido a todas as populações, especialmente àquelas mais vulnerabilizadas historicamente.

O II Encontro Formativo: Direito às vacinas: memória, recusa e acesso (12/04) iniciou-se com uma performance teatral, musical e poética de Claudiana, estudante de ciências sociais/UFRN convidada, que se autoidentifica como uma mulher negra, gorda, travesti e não binária. Ao ir acendendo as velas,

ela vai recitando: “Sangue das ruas, sangue que passa frio, fome, solidão e desprezo. O mesmo sangue que querem usar para os testes, porque afinal de contas, o que valemos para esse sistema branco e capitalista. E eu me pergunto, por quê? Porquê!”. Entendemos que, em tempos de intensificação necropolítica, o espaço de construção reflexiva de conhecimentos e boas práticas é, necessariamente, um espaço de denúncias, de escuta. Apesar de não ser pensado como um lugar “terapêutico” no sentido clínico, psicologizado ou mesmo psiquiatrizado da palavra, nos apropriamos da ideia de terapêutico no seu sentido mais difuso: aquele que vem do grego *therapeia*, e que é compreendido como “o ato de restabelecer”.

Claudiana continua a configurar as fronteiras simbólicas desse espaço, que está sendo posto como a possibilidade de uma catarse e de uma reparação da relação entre a ciência e os coletivos historicamente abusados por ela: “A essa mulher eu me dirijo agora, à divindade que pariu o mundo. Mãe, que não estás no céu mas aqui conosco, na terra, nas ruas, nas esquinas, na escuridão, na fome, no frio, na solidão, no desprezo. Conte-nos a sua história”. É possível pensarmos a ciência de forma descolonizadora? Como caminharmos nesse sentido? Compreendemos que uma forma de caminhar nessa direção é reconhecendo a pluralidade intrínseca ao campo científico.

Para podermos ganhar perspectiva sobre essa pluralidade, consideramos que era preciso trazer uma reflexão histórica sobre o próprio campo da ciência ocidental. Desta forma, em um segundo momento da discussão, foram partilhadas traduções de textos elaborados pelo coletivo de direitos humanos Health Leads dos Estados Unidos (Vaccine 2021), que trouxeram a discussão da rejeição às vacinas no contexto das populações marginalizadas.

Em conversa durante o encontro formativo, e em documentos produzidos depois (Caderninho I, no prelo), refletimos sobre a rejeição às vacinas por parte de populações marginalizadas não como atos aleatórios de teimosia ou mesmo ignorância, mas como uma reação sintomática que se manifes-

ta como a ponta de um iceberg de um problema maior: a existência histórica recorrente de intervenções científicas indevidas entre pessoas que fazem parte de povos tradicionais ou populações marginalizadas ao longo da história da ciência. Assim, a discussão sobre esterilização de mulheres negras e justiça reprodutiva ou sobre a psiquiatrização das pessoas em situação de rua e mesmo a biopirataria, a qual são submetidos os territórios indígenas, todas estas ações estão intrinsecamente conectadas pelo caráter colonial do projeto científico ocidental e eurocentrado. Nesse sentido, compreendemos que, ao tempo em que é promovido o acesso às vacinas e à informação científica correta, deve ser discutida também uma necessária reparação histórica dos abusos cometidos por uma ciência ocidental e eurocentrada, que tem se constituído como aparelho condutor do capitalismo e do fascismo e que tem intervindo – e continua a intervir – nos corpos de infinidade de sujeitos enquanto que “corpos que não importam”.

Posteriormente, por parte dos professores da área da saúde coletiva que fazem parte do projeto, foi ponderada a importância de estabelecer as prioridades, com critérios claros e transparentes e baseados em conhecimentos científicos. “Pela liberdade, como uma árvore carnal, generosa e cativa, dou aos cirurgiões... pela liberdade, sinto mais corações do que areias no meu peito, minhas veias espumam e entro nos hospitais, e entro nos algodões assim como nos lírios”, traz a poesia de Miguel Hernández apresentada por Claudiana. A liberdade “fará novos braços e novas pernas crescerem na carne picada (...) [fará] relíquias do meu corpo que perco a cada ferida, porque sou como a árvore derrubada que rebenta, porque ainda tenho vida”, recita ela, enquanto vai acendendo a última vela.

4. Discussão

4.1. Micropolíticas de distribuição do saber

Neste ano, a UNESCO declarou as vacinas como objetos do saber técnico-científico que devem ser

tratadas como um bem público (Unesco 2021). Nessa linha, qualquer empreendimento de vacinação deve contemplar os percalços impostos pelas desigualdades geopolíticas que impedem um acesso equitativo e igualitário a elas. Segundo a perspectiva crítica posicionada nas epistemologias do sul, “as vacinas inauguraram uma nova guerra” (Sousa Santos 2021), onde os países que ostentam uma posição de superioridade no campo da produção do conhecimento são os mesmos que tiveram o acesso maior a produtos da ciência e da técnica e, sobretudo, à educação vinculada às medidas não farmacológicas (Ackerman e Castiel 2021) necessárias para enfrentar a pandemia. Nesse sentido, o coronavírus se constitui como uma expressão das dificuldades e contradições de nosso tempo. A ação do vírus é caótica, mas esse caos não significa a mesma coisa do que igual distribuição dos riscos vinculados às consequências do vírus nos corpos de sujeitos e comunidades.

4.2. Alianças epistemológicas

As experiências sociais produzidas no âmbito desse projeto de pesquisa mobilizou políticas de alianças dialógicas entre saberes da tradição e saberes científicos, tensionando os cânones desses últimos, e indo no sentido de uma autocrítica da ciência moderna, sob o horizonte de sua ampliação. Partimos assim de uma politização do conhecimento e vivências enquanto que espaços situados de produção, capazes de retotalizar uma compreensão de ciências, no plural, capaz de ultrapassar as fragmentações disciplinares a partir da integração de cada dimensão no caso a caso. Na base dessa autocrítica da modernidade, as ciências de base epistemológica, científica e política tem assumido neste projeto um esforço de incorporação de saberes diversos, de pluriversos que contribuem a debilitar a prenoção ocidental de um sujeito universal, europeu, individual, imposta por um modelo de ciência que por anos relegou as sabedorias das populações. O protagonismo neste modo de pesquisar coletivo se faz plural neste projeto, e lideranças indígenas, marisqueiras, ribeirinhas, catadoras de material reciclado, pescadoras, ciganas são apoiadas não somen-

te enquanto que advogadas pelos direitos do seu povo, mas também autênticas mestras e mestres artífices e articuladoras/es de mudanças positivas e necessárias.

Esse protagonismo vem redefinindo as relações de pesquisa no interior do projeto: a compreensão do vínculo com as populações é bioético, enquanto que atravessa vidas e maneiras de fazer em disputas e consensos. As e os participantes da pesquisa não se concebem enquanto objetos de pesquisa, aprisionadas na ciência de base colonial, eurocêntrica, mas sim sujeitos com direito à enunciação própria. Por outro lado, a presença e permanência destes espaços de renegociação da produção de conhecimento na pesquisa, redimensiona o nosso olhar, o nosso sentir, a nossa atenção, para a prática de uma bioética crítica e descolonizadora, que inclua o pertencimento territorial da América Latina (González 1988), em diálogo com a re-existência de Abya Yala. Desse modo, um aspecto relevante dessas alianças é a descolonização permanente do modo de pesquisar, emergindo um sentipensar de comunidades e povos que exercem seu direito à produção do conhecimento pensando a partir de si próprias e coescrevendo a partir de suas vivências e saberes.

Outra dimensão dessas alianças é que as pesquisadoras e pesquisadores também passam a redefinir seus olhares, suas atitudes de pesquisa, se inserindo numa dinâmica de trabalho e produção teórica colaborativa, pautada na interlocução, criando estratégias de abordagem da diversidade na singularidade. Na relação entre saberes científicos e saberes da tradição há tensões históricas e relações de hegemonia e subalternidades, e essa compreensão é enfrentada evitando oposições bipolares simplórias, tão características das pesquisas de ordem colonial e mesmo de compreensões negacionistas da ciência. Sendo assim, as alianças políticas e epistemológicas nesta pesquisa se colocam a contrapelo, apontando para a necessidade do reconhecimento do caráter coletivo da produção científica que dança (Stengers 2016) entre a tradição e as ciências, que inclui os corpos, enquanto territórios vivos e intersectados por diversas formas de dominação/

privilégio. Nos inscrevendo na articulação dos aspectos sociohistóricos de etnia-raça-gênero-ecologia, caminhamos na direção ético-política pautada no bem viver e na descolonização permanente das nossas práticas cotidianas.

Durante quase dois anos (2020-2021), a pandemia alterou e aprofundou as desigualdades sociais, assim como impôs a necessidade de isolamento social, como uma política de combate ao COVID-19 de toda a população mundial. Esse contexto expôs o agravamento da violência étnica, de gênero, ambiental, que afetou diretamente o modo de viver das populações envolvidas. Cansadas de sofrerem extrativismo epistêmico, a primeira atitude de muitas dessas populações foi a resistência inicial à vacina, em virtude de toda uma investida neoliberal e conservadora que negava a relevância das ciências como um espaço de garantia da vida enquanto mais que humano.

Atravessa a nossa pesquisa a perspectiva do Encontro de Saberes (Carvalho 2018), enquanto método e enquanto prática política, ousando em reinventar as alianças, inserindo-as nas dinâmicas das lutas sociais cotidianas. Essas comunidades, etnias, sujeitos e sujeitas da ação e do conhecimento, corporificam o bem viver como um projeto político, que está nos fazendo sentipensar em propostas que democratizam as ciências, na medida em que a sabedoria é ancestral e política. Nessa esteira, pensar a bioética aliada uma cosmopolítica desses povos, requereu dessa pesquisa a abertura necessária à criatividade como parte das alianças epistemológicas. Assim, abre possibilidades para ampliar territórios vinculados à justiça de gênero, ao cuidado, à justiça ambiental e ecológica (Fraser et al 2019), e à justiça social: somente quando conseguirmos nos tornar uma unidade na diversidade veremos as ciências dançando com as tradições e experiências sociais.

4.3 Por uma ciência cidadã

De acordo com os resultados apresentados anteriormente, sentipensamos que é possível que um projeto de pesquisa-intervenção em saúde contri-

bua para o fortalecimento da autonomia dos corpos nas intervenções em saúde, considerando a pluralidade cultural, epistêmica e as próprias práticas espirituais. Esse desafio, contudo, não é uma tarefa fácil. É preciso comparar de forma permanente. Como essas dimensões interagem? Desde quais lugares contestar às pesquisas vinculadas ao campo da saúde que colocam a intervenção científica sobre os corpos como se fosse sobre uma tabula rasa? Como historicizar processos de intervenção biomédica contribuindo para a construção cidadã do consentimento comunitário de boas práticas em saúde? É possível democratizar a produção do conhecimento científico em tempos necropolíticos sem deixar de estimular a compreensão da ciência como campo em tensão, com constantes disputas de ser-saber-poder?

Quando refletimos sobre a importância de alimentar a “scientific literacy” dos povos como veículo de acesso à cidadania, quando refletimos sobre a popularização do conhecimento científico, área estratégica dos programas de ciência e tecnologia cuja importância evidenciou-se sobremaneira a partir do impacto da pandemia de COVID-19, é preciso refletir sobre a desigualdade histórica que habita a apropriação da informação e a própria produção de soluções técnicas e conhecimento científico menos tangível. A iniciativa de popularizar tecnologias sócio-sanitárias de enfrentamento à COVID-19 nos obriga a pautar criticamente a produção e os benefícios do conhecimento científico, especialmente no campo biomédico. A ciência tem sido colocada internacionalmente parte da produção cultural dos povos e, consequentemente, como um direito humano inalienável: o assim chamado “direito à ciência” foi evidenciado no item 27.1 da Declaração Universal de Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas no 10 de dezembro de 1948 (Declaração 1948). Desde então, o caminhar da ciência na direção da sua integração com os povos tem sido devagar. As associações que promovem a ciência cidadã têm estimulado a integração de pessoas “leigas” aos projetos científicos, assumindo que fomentar a sua participação em todos os estágios da pesquisa é uma maneira de

democratizar os métodos de pesquisa e o próprio conhecimento científico através de novos canais de discussão, encarnados nos corpos e as experiências das pessoas participantes (ECSA 2015).

Por sua vez, o direito à ciência é muitas vezes considerado como um mero direito ao acesso aos bens materiais produzidos pela ciência – como, por exemplo, o próprio acesso às vacinas. Porém, o direito à ciência deve ser considerado a partir da integralidade da produção do conhecimento nas sociedades, e isso inclui não somente a ciência ocidental assentadas nas universidades e laboratórios de pesquisa, mas também nas comunidades, terreiros e movimentos sociais, que ostentam os saberes da tradição e da experiência. O diálogo entre esses espaços do saber-poder não é igualitário, é um campo de tensões e desconfortos e é nessas águas que navega um projeto que, como o nosso, dedica-se à democratização da produção do conhecimento científico desde uma perspectiva popular e emancipadora.

5. Conclusões

Os relatos apresentados no contexto etnográfico dos primeiros dois encontros formativos do projeto Boas Práticas fornecem pistas para alimentar nossa compreensão da ciência como campo em tensão, com constantes disputas de ser-saber-poder, e se manifestam como narrativas estratégicas na hora de discutir a o direito dos povos à saúde de uma maneira integral, usufruindo o direito ao acesso a uma saúde pública gratuita e de qualidade, colocando em questão o ecocídio, o colonialismo e o racismo que cruzam a esfera social e institucional.

Inúmeras decisões bioéticas atravessam os corpos e existências dos e das participantes da pesquisa apresentada. Entendemos que, no nosso fazer científico, a autonomia na produção de conhecimentos deve-se aliar à responsabilidade social de uma pesquisa-intervenção em tempos onde o excepcionalismo pandêmico não pode nos obrigar a reforçar posturas coloniais em ciência. Nosso processo de construção de conhecimento também é pedagógi-

co, e alia saberes técnico-científicos e um olhar antropológico na aposta pela dignidade da condição humana dentro dos diversos recortes sócio-culturais, em um marco plural e interseccional de acesso do direito à produção e aproveitamento dos benefícios de uma produção científica plural, reflexiva e democratizante.

Recibido 20 10 2021

Aprobado 20 4 2022

Bibliografía

- ACKERMAN, M. e CASTIEL, L., 2021. As medidas não farmacológicas e a ampliação de seu uso epidemiológico, *Le Monde Diplomatique*. Obtido em 05 mar. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-medidas-nao-farmacologicas-e-a-ampliacao-do-seu-uso-pandemiologico/>
- ACOSTA, A. y MARTÍNEZ E. (orgs.), 2009. *El buen vivir: una vía para el desarrollo*, Abya-Yala, Quito.
- ALMEIDA, S., 2019. Racismo estrutural, Polén, São Paulo.
- APPIAH, K.A., 2000. Thick translation em VENUTI, L. (ed.), *The translation studies reader*, Routledge, Londres & Nova Iorque.
- BRASIL, 2010. Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010. Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências. Obtido em 14 mar. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12232.htm.
- CARVALHO, J.J., 2018. Encontro de saberes: por uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras em BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N. e GROSFÖGEL, R. (eds), *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*, Autêntica, Belo Horizonte.
- UnB e SBB CÁTEDRA UNESCO DE BIOÉTICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA e SOCIEDADE BRASILEIRA DE BIOÉTICA, 2005, Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. Obtido em 27 ago. 2021. Centro de Bioética do CREMESP. Disponível em: <http://bioetica.org.br/?siteAcao=DiretrizesDeclaracoesIntegra&id=17>.

- CÉSAIRE, A., 2020. Discurso sobre o colonialismo, Veneza, São Paulo.
- COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS, 2020. Pandemia y derechos humanos en las Américas. Organización de Estados Americanos (OEA), Resolución, n. 1, 10 abr. 2020. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-1-20-es.pdf>.
- COMMITTEE ON ETHICS, 2017. Sterilization of women: ethical issues and considerations. The American College of Obstetricians and Gynecologists: committee opinion, (695). Disponível em: <https://www.acog.org/-/media/project/acog/acogorg/clinical/files/committee-opinion/articles/2017/04/sterilization-of-women-ethical-issues-and-considerations.pdf>.
- COSTA, J.R.V., 2006. Comunicação de interesse público: ideias que movem pessoas e fazem um mundo melhor, Jaboticaba, Rio de Janeiro.
- CRENSHAW, K., 1991. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color, *Stanford Law Review*, Vol. 43, Nº 6, pp.1241-1299. Obtido em 13 mar. 2021, doi: <https://doi.org/10.2307/1229039>.
- ONU ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, Declaração Universal de Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, 10 dez. 1948. Obtido em 05 mai. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- ECHAZÚ BÖSCHEMEIER, A.G. y FLORES, M.E., 2018. Derechos de las plantas en contexto: dos ontologías latinoamericanas, *Revista Cultura y Droga*, Vol. 23, Nº 26, pp.49-66, doi: 10.17151/culdr.2018.23.26.4
- ECHAZÚ BÖSCHEMEIER, A.G. & GOMES DOS SANTOS, L., 2020. How indigenous and black people are fighting colonialism in the academia, *Chacruna*. Obtido em 13 jun. 2021. Disponível em: <https://chacruna.net/indigenous-black-academics-decolonization/>
- ECSA – EUROPEAN CITIZEN SCIENCE ASSOCIATION, 2015. Ten principles of citizen science, Berlim. <http://doi.org/10.17605/OSF.IO/XPR2N>
- FANON, F., 2008. Pele negra, máscaras brancas, EDUEBA, El Salvador.
- FEITOSA, S.F. e FLOR DO NASCIMENTO. W., 2015. A bioética de intervenção no contexto do pensamento latino-americano contemporâneo, *Revista Bioética*, Vol. 23, Nº 2, pp.277-284, doi: 10.1590/1983-80422015232066
- FEUERWERKER, L.C.M., 2007. Educação na saúde: educação dos profissionais de saúde – um campo de saber e de práticas sociais em construção, *Revista Brasileira de Educação Médica*, Vol. 31, Nº 1, pp.3-4.
- LEISCHER, S., TORNQUIST, C. e FIGUEIROA, B. (ed.), 2009. Saber cuidar, saber contar: ensaios de antropologia e saúde popular, UDESC, Florianópolis.
- FONSECA, C., 2020. Que ética? Que ciência? Que sociedade? em FLEISCHER, S. e SCHUCH, P. (ed.), *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*, Letras Livres, Editora Universidade de Brasília, Brasília.
- FRASER, N., ARRUZA, C. e BHATTACHARYA, T., 2019. Feminismo para os 99%: um manifesto, Boitempo, São Paulo.
- FREIRE, P., 1996. Pedagogia da autonomia, Paz e Terra, São Paulo.
- GONZÁLEZ, L., 1988. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social, *Raça e Classe*, Vol. 2, Nº 5, MNU, Brasília.
- KAPLÚN, M., 1985. El comunicador popular, CIESPAL, Quito.
- KNOX, W. e MOURA, J.T.V., 2020. Saberes dialógicos: intervenções universitárias na Vila de Ponta Negra, EDUFN, Natal.
- KRENAK, A., 2019. Ideias para adiar o fim do mundo, Companhia das Letras, São Paulo.
- LONDON, A.J. & KIMMELMAN, J., 2020. Against pandemic research exceptionalism, *Science*, Vol. 368, Nº 6490, pp.476-477, doi: 10.1126 / science.abc1731.
- MBEMBE, A., 2016. Necropolítica, Arte e Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, Vol. 32, pp.123-151.
- MINAYO, M.C.S., 2009. Contribuições da antropologia para pensar a saúde em CAMPOS, G.W.S. et al (org.), *Tratado de saúde coletiva*, Hucitec, São Paulo.
- MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2016. Principios do Bem Viver, Estado Plurinacional de Bolivia. Obtido em 24 ago. 2021. Disponível

- em: <https://www.cancilleria.gob.bo/webmre/node/1231>.
- MOUTINHO, F.F.B., 2020. Conflitos da sociedade brasileira com as normas sanitárias: um paralelo entre a revolta da vacina e a pandemia de COVID-19, *Hygeia – Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, pp.60-71, doi: <https://doi.org/10.14393/Hygeia0054392>
- OCAÑA, A.O. y ARIAS LÓPEZ, M.I., 2019. Hacer de-colonial: desobedecer a la metodología de investigación, *Hallazgos*, Vol. 16, Nº 31, pp.147-166, doi: <https://doi.org/10.15332/s1794-3841.2019.0031.06>
- PASSOS, E., KASTRUP, V. e ESCÓSSIA, L. (org), 2010. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*, Sulina, Porto Alegre.
- PORTARIA, 2021. Diário Oficial da União: seção 1, CNPq no 500, de 07 de maio de 2021, Brasília, DF. Obtido em 13 jun. 2021. Disponível em: <https://portal.in.gov.br/web/dou/-/portaria-cnpq-n-500-de-7-de-maio-de-2021-319014266>
- PUIG DE LA BELLACASA, M., 2017. *Matters of care*, University of Minnesota Press, Minnesota.
- SHIVA, V., 2016. *Biopiracy: the plunder of nature and knowledge*, North Atlantic Books, California.
- SILVA, T.P. e SAMPAIO, M.S., 2017. *Movimento Potigaba-puia: pela preservação e revitalização da cultura indígena*, Monsenhor Tabosa/CE.
- SOUSA SANTOS, B., 2003. Por uma concepção multicultural de direitos humanos em SOUSA SANTOS, B. (ed.), *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural, Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro.
- 2010. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes em SOUSA SANTOS, B. e MENESES, M. P. (eds.), *Epistemologias do sul*, Cortez, São Paulo.
- 2021. A vacinação iniciou uma guerra geopolítica, *Valor Econômico, Valor Eu e Sociedade*, São Paulo, 26 mar. 2021. Obtido em 10 mai. 2021. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Valor%20Eu%20&%20FDS%2026_03_2021.pdf
- STENGERS, I., 2016. Uma ciência triste é aquela em que não se dança. *Conversações com Isabelle Stengers*, *Revista de Antropologia*, Vol. 59, Nº 2, pp.155-186, doi: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/121937>
- TEALDI, J.C. (ed.), 2008. *Diccionario latinoamericano de bioética*, UNESCO, Red Latinoamericana y del Caribe de Bioética, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá.
- TRONTO, J., 2009. *Um monde vulnerable: pour une politique du care*, Découverte, Paris.
- TSING, A., 2015. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras, *Ilha – Revista de Antropologia*, Vol. 17, Nº 1, pp.177-201, doi: <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2015v17n1p177>
- UNESCO, 2021. UNESCO pede que as vacinas sejam consideradas um bem público global, Obtido em 15 mai. 2021. Disponível em: <https://en.unesco.org/news/unesco-calls-covid-19-vaccines-be-considered-global-public-good>
- VACCINE EQUITY COOPERATIVE, 2021. *Health Leads*. Obtido em 27 ago. 2021. Disponível em: <https://healthleadsusa.org/equitable-vaccine-distribution-project/#.YCRwEAgkxbg.mailto>.
- VASCONCELOS, E.M., 2007. *Educação popular: instrumento de gestão participativa dos serviços de saúde*, Caderno de educação popular e saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa Departamento de Apoio à Gestão Participativa, Ministério da Saúde, Brasília-DF.
- ZARAGOCÍN, S., 2017. *Feminismo Decolonial y Buen Vivir em VARELA, S. y ZARAGOCÍN, S. (ed.), Feminismo y buen vivir: utopías decoloniales*, Pydlos, Cuenca/Ecuador.